

# FUNDAMENTOS E CONCEITOS DO DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM (DUA), PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO (PEI) E ENSINO COLABORATIVO (EC)

---

## POSSIBILIDADES PARA O ENSINO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA



MARIA EDUARDA DOS SANTOS  
CRISTINA ANGÉLICA AQUINO DE CARVALHO MASCARO

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S237f

Santos, Maria Eduarda dos

Fundamentos e conceitos do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), Plano de Ensino Individualizado (PEI) e Ensino Colaborativo (EC) : possibilidades para o ensino na perspectiva inclusiva / Maria Eduarda dos Santos. -- Maringá, PR, 2025.  
33 f.

Acompanha a dissertação de mestrado: A construção de práticas pedagógicas inclusivas na perspectiva do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) e do Plano Educacional Individualizado (PEI). 97 f.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Angélica Aquino de Carvalho Mascaro.

Produto educacional (mestrado profissional) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Teoria e Prática da Educação, Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI), 2025.

1. Educação Inclusiva. 2. Práticas pedagógicas. 3. Teoria Histórico-Cultural. 4. Políticas públicas - Educação. I. Mascaro, Cristina Angélica Aquino de Carvalho, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Teoria e Prática da Educação. Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI). III. Título.

CDD 23.ed. 371.9

Dedico este e-book a todos os educadores e educadoras que acreditam no poder transformador de uma educação inclusiva e acessível, onde cada estudante é reconhecido em sua singularidade e potencialidade. Àqueles que diariamente se dedicam a construir espaços de aprendizagem mais justos, colaborativos e humanos, inspirados pelos princípios do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), do Plano de Ensino Individualizado (PEI) e do Ensino Colaborativo (EC). Também dedico a cada estudante que, com sua presença, desafia paradigmas e nos ensina que a diversidade é a maior riqueza da educação. Que este material seja uma ponte para novas possibilidades, reflexões e práticas que contribuam para uma escola verdadeiramente inclusiva.

# APRESENTAÇÃO DO E-BOOK

Nos próximos capítulos, convidamos você a expandir seu conhecimento sobre os princípios e práticas da educação inclusiva, explorando tanto os fundamentos teóricos quanto as aplicações do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), do Plano Educacional Individualizado (PEI) e do Ensino Colaborativo (EC).

No Capítulo 1, apresentamos os principais marcos legais que embasam a educação inclusiva no Brasil. Compreender a evolução histórica e as normativas que garantem o direito à educação de qualidade para todos é essencial para fortalecer a prática pedagógica inclusiva.

No Capítulo 2, exploramos o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), uma abordagem que busca eliminar barreiras no ensino por meio de estratégias flexíveis e acessíveis, garantindo que todos os alunos possam participarativamente do processo de aprendizagem.

No Capítulo 3, abordamos o Plano Educacional Individualizado (PEI), um instrumento essencial para planejar e implementar a educação inclusiva de forma eficaz, respeitando as especificidades de cada estudante. Discutimos sua estrutura, objetivos e relação com o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

No Capítulo 4, discutimos o Ensino Colaborativo (EC), uma estratégia baseada na cooperação entre professores da educação regular e do Atendimento Educacional Especializado (AEE). A interação entre esses profissionais possibilita a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas, favorecendo o aprendizado de todos os estudantes.

Ao longo desta leitura, você terá acesso a reflexões, estudos e exemplos que podem inspirar e subsidiar sua atuação na educação inclusiva. Esperamos que este material contribua para ampliar seu olhar sobre a diversidade e fortalecer sua prática pedagógica.

**Seja bem-vindo(a) a essa jornada de conhecimento e transformação! Boa leitura!**

## SOBRE AS AUTORAS:



Maria Eduarda dos Santos

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 2020), Campus Regional de Cianorte. Especialista em Psicopedagogia (2020), Alfabetização e Letramento (2022), e em Atendimento Educacional Especializado e os Transtornos do Desenvolvimento Infantil (2022). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva (PROFEI/UEM). Atua há oito anos na área da Educação Básica, sendo atualmente professora de Educação Infantil no município de Terra Boa, Paraná. Tem experiência em práticas pedagógicas voltadas para a Educação Infantil. Desenvolve pesquisa no campo das práticas pedagógicas inclusivas, com foco no Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), Plano de Ensino Individualizado (PEI) e Ensino Colaborativo (EC).

## SOBRE AS AUTORAS:



Cristina Angélica Aquino de Carvalho Mascaro

Professora Adjunta da UERJ, Sub-chefe do Departamento de Educação Inclusiva e Continuada (DEIC) - Faculdade de Educação. Professora do Programa de Pós- Graduação em Educação da UERJ- ProPED/UERJ. Professora do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - PROFEI/ UEM. Doutora (2017) e Mestre (2014) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2000). Pós-Graduada em Psicopedagogia pela Universidade Cândido Mendes (2002) e em Gestão Pedagógica: Orientação e Supervisão Educacional pela Universidade Veiga de Almeida (2010). Coordenadora de Monografias do CEDERJ no curso de Pedagogia/UERJ. Pesquisadora JCNE FAPERJ/ Procidentista UERJ. Coordenadora do Grupo de Pesquisa: Letramento na Educação Especial: processos cognitivos e psicossociais/ CNPQ. Integrante do Grupo de Pesquisa "Inclusão e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais: práticas pedagógicas, cultura escolar e aspectos psicossociais", vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da UERJ. Atuou como Professora de Educação Especial e Coordenadora da Divisão de Inclusão da Fundação de Apoio à Escola Técnica FAETEC (2002-2019).

# SUMÁRIO

1. MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL.....	9
2. DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM (DUA).....	12
3. PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI).....	20
4. ENSINO COLABORATIVO.....	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	30
AGRADECIMENTOS.....	33

# 1. MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Antes de conhecermos as principais estratégias que promovem uma educação inclusiva de qualidade, é fundamental compreendermos o caminho que percorremos até aqui. Conhecer a trajetória histórica e os marcos legais que fundamentam a inclusão no Brasil nos ajuda a entender por que essas práticas se tornaram indispensáveis na construção de uma escola acessível, equitativa e para todos. Essa reflexão histórica nos mostra não somente os avanços conquistados, mas também os desafios enfrentados para garantir o direito à educação como um direito de todos, sem exceção.

A educação inclusiva no Brasil começou a ganhar força a partir da década de 1990, impulsionada pela criação de documentos legais e políticas públicas que asseguram os direitos das pessoas com deficiência. Essas normativas provocaram mudanças profundas no sistema educacional brasileiro, tanto no aspecto cultural quanto estrutural, orientando a implementação de práticas pedagógicas inclusivas, equitativas e de qualidade.

Entre os principais documentos que marcam essa trajetória, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996. Em seu Capítulo V, a LDBEN trata a Educação Especial como uma modalidade de ensino, a ser oferecida preferencialmente na rede regular. Além disso, a lei garante o Atendimento Educacional Especializado (AEE), visando eliminar barreiras à aprendizagem e promover a participação dos estudantes com deficiência no ambiente escolar. Também assegura a formação adequada dos professores e a oferta de recursos de acessibilidade.

Outro documento essencial é a Declaração dos Direitos da Pessoa com Deficiência, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006. Esse tratado internacional promove, garante e protege os direitos das pessoas com deficiência, fundamentado em princípios como a igualdade de oportunidades, autonomia, participação plena na sociedade e acessibilidade. O Brasil ratificou a declaração em 2008, conferindo-lhe status de emenda constitucional com o Decreto Legislativo nº 186/2008 e o Decreto nº 6.949/2009, reforçando seu compromisso com a inclusão.

No cenário nacional, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, representa um marco no reconhecimento e garantia de direitos. Criada à luz da Declaração da ONU, essa legislação assegura a acessibilidade universal e o direito à educação inclusiva, prevendo a oferta de serviços e recursos de apoio necessários ao pleno desenvolvimento escolar de estudantes com deficiência.

Além desses marcos legais, o Brasil desenvolveu políticas públicas fundamentais para a consolidação da educação inclusiva. A implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no ano de 2008, definiu de maneira clara o público-alvo da educação especial: estudantes com deficiência física, intelectual, auditiva, visual; com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), incluindo o Transtorno do Espectro Autista (TEA); e estudantes com altas habilidades ou superdotação. Essa política reforça o compromisso de assegurar a participação desses estudantes nas classes comuns.

Complementando esse conjunto de medidas, a Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei do Autismo, garante às pessoas com TEA o direito à inclusão social e educacional, prevendo atendimentos e apoios especializados.

Essa trajetória normativa e política reafirma o princípio fundamental da educação inclusiva no Brasil: a garantia da igualdade de oportunidades e do acesso à educação de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas diferenças, necessidades ou condições. As práticas pedagógicas inclusivas, orientadas por essa base legal, devem respeitar e valorizar a diversidade humana, promovendo a participação ativa de todos no processo educativo.

Compreender essa evolução histórica e os fundamentos legais da educação inclusiva é essencial para apreciar a importância das estratégias contemporâneas que vêm sendo implementadas nas escolas brasileiras. Destacam-se: o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), o Plano de Ensino Individualizado (PEI) e o Ensino Colaborativo (EC).

Ao compreender os marcos legais e históricos da educação inclusiva, você leitor estará mais preparado para explorar essas estratégias e contribuir para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

## 2. DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM (DUA)

O Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) tem suas raízes no conceito de Desenho Universal, originalmente desenvolvido na arquitetura para criar ambientes acessíveis a todas as pessoas, independentemente de suas habilidades. Essa ideia foi posteriormente adaptada para o campo educacional, especialmente a partir das pesquisas do Center for Applied Special Technology (CAST), nos Estados Unidos, foi desenvolvido ao longo de uma década por David Rose, Anne Meyer e um grupo de pesquisadores multidisciplinar.

Sua base teórica se estrutura em dois pilares: a arquitetura e a neurociência. O primeiro busca garantir o livre acesso a espaços físicos por meio de princípios como uso equiparável, flexibilidade, simplicidade, percepção facilitada, segurança, baixo esforço e abrangência. Já o segundo pilar fundamenta a adaptação do conceito para o contexto educacional, reconhecendo que os estudantes apresentam diferentes estilos e necessidades de aprendizagem.

O Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) é uma abordagem pedagógica que visa eliminar barreiras à aprendizagem, oferecendo múltiplas formas de acesso ao conteúdo, expressão e engajamento. Parte do princípio de que os estudantes são diversos em seus estilos de aprendizagem e, portanto, precisam de metodologias flexíveis que considerem suas particularidades. O DUA é fundamentado em três princípios essenciais:

1. MÚLTIPLAS FORMAS DE  
REPRESENTAÇÃO

2. MÚLTIPLAS FORMAS DE  
EXPRESSÃO

3. MÚLTIPLAS FORMAS DE  
ENGAJAMENTO

## 1. MÚLTIPLAS FORMAS DE REPRESENTAÇÃO

Refere-se às diferentes maneiras de apresentar as informações e os conteúdos aos estudantes, garantindo que todos possam compreender e processar o que está sendo ensinado.

### **ESTRATÉGIAS PARA APRENDIZAGEM:**

- Utilizar textos escritos, áudios e vídeos legendados para abordar um mesmo tema.
- Disponibilizar gráficos, diagramas e mapas conceituais que complementem a explicação oral do professor.
- Oferecer material impresso com letras ampliadas e versões em braille para estudantes com deficiência visual.

### **EXEMPLO:**

Durante uma aula de Ciências sobre o Ciclo da Água, o professor:

- Exibe um vídeo animado com legendas.
- Faz uma leitura compartilhada de um texto explicativo.
- Distribui infográficos coloridos com a sequência das etapas do ciclo da água.
- Cria uma maquete sensorial com texturas para representar o mar, nuvens e chuva.

## 2. MÚLTIPLAS FORMAS DE EXPRESSÃO

Oferece aos alunos diversos modos de expressar o que aprenderam, respeitando suas habilidades e preferências de comunicação.

### **ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM:**

- Propor que os estudantes escolham como apresentar o resultado de um trabalho: por meio de redação, apresentação oral, vídeo, desenho, podcast ou dramatização.
- Permitir o uso de tecnologias assistivas, como softwares de comunicação alternativa, para estudantes com dificuldades na comunicação verbal.

### **EXEMPLO:**

Após o estudo sobre os animais da floresta amazônica, os alunos podem:

- Escrever um relatório ilustrado.
- Produzir um vídeo educativo.
- Criar fantoches e montar uma peça teatral.
- Apresentar uma exposição de maquetes representando o habitat dos animais estudados.

.

### 3. MÚLTIPLAS FORMAS DE ENGAJAMENTO

Refere-se às estratégias que mantêm os estudantes motivados, participativos e envolvidos no processo de aprendizagem.

#### **ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM:**

- Oferecer escolhas quanto às atividades ou temas que os estudantes desejam explorar, promovendo a autonomia.
- Utilizar jogos educativos, gamificação ou desafios em grupo para aumentar o interesse pela aprendizagem.
- Criar rotinas de incentivo, como um mural de conquistas, destacando o progresso individual e coletivo.

#### **EXEMPLO:**

Em uma aula de Matemática sobre frações:

- Os alunos participam de um jogo de tabuleiro no qual devem resolver problemas para avançar.
- Há desafios em pequenos grupos, promovendo a cooperação.
- Cada estudante pode escolher se quer resolver problemas com material concreto (como pizza de EVA) ou realizar atividades no aplicativo educativo no tablet.

## QUADRO: SÍNTESE DOS PRÍNCIPIOS DO DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM (DUA)

### MÚLTIPLAS FORMAS DE REPRESENTAÇÃO

- TEXTO, ÁUDIO, VÍDEO, GRÁFICOS, BRAILLE

### MÚLTIPLAS FORMAS DE EXPRESSÃO

- REDAÇÃO, APRESENTAÇÃO ORAL, VÍDEO, MAQUETES, DRAMATIZAÇÕES

### MÚLTIPLAS FORMAS DE ENGAJAMENTO

- JOGOS, ESCOLHAS, GAMIFICAÇÃO, TRABALHOS EM GRUPO

Fonte: Elaborado pela autora com base nos estudos de Cast (2018)

# OS PRINCÍPIOS DO DUA E AS REDES NEURAIS DA APRENDIZAGEM: UM ENCONTRO ESSENCIAL

Você já parou para pensar em como cada pessoa aprende de um jeito diferente? Enquanto alguns se sentem motivados por desafios, outros preferem segurança. Uns aprendem melhor ouvindo, outros lendo, e há quem só entenda o conteúdo escrevendo. O Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) entende isso profundamente e propõe um ensino inclusivo, flexível para todos.

O DUA não é só uma metodologia; ele se baseia no funcionamento do cérebro e nas redes neurais que usamos para aprender. São elas que nos ajudam a nos engajar, a compreender e a expressar aquilo que aprendemos. Vamos conhecê-las e entender como se relacionam com os três princípios do DUA?

## **PRINCÍPIO MÚLTIPLAS FORMAS DE REPRESENTAÇÃO:**

Nesse princípio a rede cerebral envolvida é a Rede de Reconhecimento (O "O quê" da aprendizagem), essa rede é responsável pela percepção e compreensão da informação, isto é, oferece diferentes maneiras de apresentar o conteúdo, reconhecendo que cada aluno percebe e comprehende as informações de formas distintas.

Por exemplo: usar recursos visuais, auditivos e táteis; apresentar informações por meio de imagens, gráficos, áudios, vídeos, leitura em voz alta, entre outros; fornecer alternativas para acesso ao conteúdo.

## **PRÍNCIPIO MÚLTIPLAS FORMAS DE EXPRESSÃO:**

Nesse princípio a rede cerebral envolvida é a Rede Estratégica (O “Como” da aprendizagem), essa rede é responsável pelo planejamento e organização das ações, busca diversificar os modos de interação com o conteúdo. Considerase aqui as habilidades motoras, linguísticas, organizacionais e de expressão individual. Por exemplo, permitir diferentes formas de avaliação, como produções orais, escritas, artísticas ou tecnológicas; usar ferramentas de apoio, como softwares de acessibilidade, pranchas de comunicação, entre outros.

## **PRÍNCIPIO MÚLTIPLOS MEIOS ENGAJAMENTO:**

Nesse princípio a rede cerebral envolvida é a Rede Afetiva (O “Por quê” da aprendizagem), essa é responsável pela motivação, interesse, esforço e persistência. O princípio do engajamento oferece múltiplas formas de motivar os estudantes. Isso inclui proporcionar autonomia, escolhas, relevância cultural e emocional. Pode-se mencionar, como exemplo: permitir que o aluno escolha tópicos de estudo; estabelecer conexões com suas experiências pessoais; criar um ambiente acolhedor que valorize a diversidade.

### 3. PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI)

No cenário educacional atual, a inclusão é um compromisso inadiável. As escolas são chamadas a construir ambientes que acolham a diversidade humana em suas múltiplas dimensões – físicas, cognitivas, emocionais e sociais. Para isso, práticas pedagógicas que reconheçam as singularidades dos estudantes se tornam fundamentais. O Plano Educacional Individualizado (PEI) surge como uma ferramenta poderosa nesse processo.

O PEI é um documento pedagógico planejado de forma colaborativa e dialógica, reunindo professores, equipe técnica, profissionais da saúde, a família e, quando possível, o próprio aluno. Seu objetivo é traçar estratégias de ensino personalizadas que respeitem e valorizem as características individuais de estudantes que enfrentam barreiras no acesso ao currículo comum.

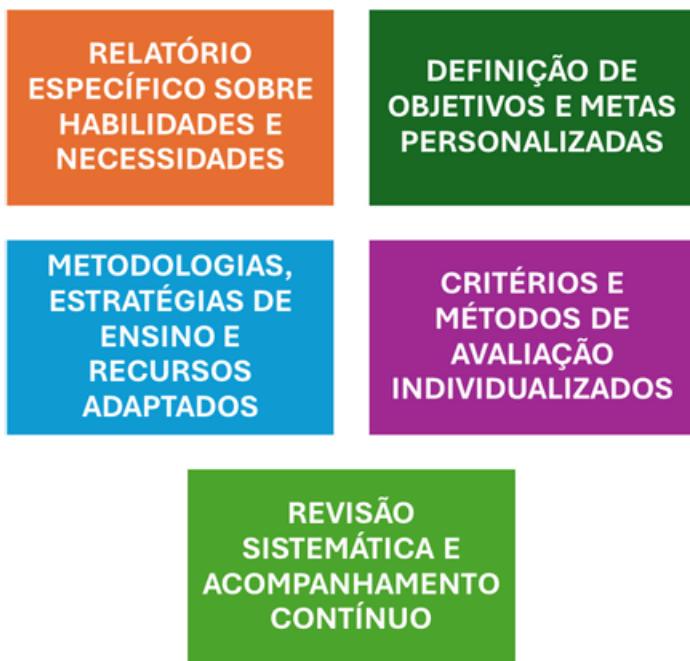
Trata-se de uma abordagem que vai além das adaptações curriculares tradicionais. O PEI organiza o ensino com base nas potencialidades e necessidades específicas de cada aluno, considerando seu desenvolvimento, habilidades, interesses, dificuldades e contexto social. A partir de uma avaliação cuidadosa, define objetivos de curto, médio e longo prazo, metodologias diferenciadas, recursos específicos e formas de avaliação que garantam a aprendizagem significativa e a participação ativa.

O PEI configura-se como uma estratégia de acessibilidade, garantindo que todos os estudantes possam acessar o currículo de maneira equitativa. Dessa forma, o foco não está na modificação do currículo, mas na eliminação de barreiras que dificultam a participação plena e efetiva do aluno no ambiente escolar. A construção do PEI pressupõe:

- **Levantamento de informações** detalhadas sobre o estudante, incluindo aspectos pedagógicos, emocionais e físicos.
- **Elaboração de metas educacionais** realistas e mensuráveis, alinhadas com o currículo escolar.
- **Definição de estratégias de ensino e avaliação** adaptadas, respeitando os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem.
- **Revisão e acompanhamento contínuos**, ajustando o plano conforme o progresso do aluno.
- **Participação da família e de outros profissionais** que acompanham o estudante, promovendo uma rede de apoio sólida.

O PEI é essencial para garantir acessibilidade pedagógica e autonomia, evitando práticas discriminatórias e promovendo a equidade. O PEI surge no cenário educacional contemporâneo como uma possibilidade de equiparar oportunidades de aprendizagens para aqueles que ainda enfrentam barreiras no acesso à educação.

## ESQUEMA REPRESENTATIVO DOS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO PEI:



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos estudos de Barbosa e Pavani (2019)

A seguir menciona-se alguns **EXEMPLOS PRÁTICOS:**

- **Aluno com Dislexia:** enfrenta dificuldades para ler e escrever, o que impacta seu desempenho nas atividades escolares. Seu PEI contempla o uso de softwares de leitura e escrita, mais tempo para concluir tarefas e a modificação dos textos para formatos mais acessíveis, como áudio ou fontes ampliadas.
- **Aluno com Autismo:** apresenta desafios em socialização e comunicação, o que dificulta o aprendizado em grupo. Seu PEI envolve uma abordagem mais personalizada, com horários alternativos para algumas atividades, apoio de um profissional especializado no desenvolvimento das habilidades de comunicação.
- **Aluno com Deficiência Intelectual:** tem dificuldades para entender conceitos mais complexos, realizar tarefas sozinho e organizar suas ideias. Seu PEI oferece apoio constante para ajudar no aprendizado e nas relações sociais. Isso inclui o uso de materiais mais simples e atividades práticas. Também pode contar com o apoio de um educador especializado para garantir que as instruções sejam claras e o aluno tenha tempo para aprender e desenvolver habilidades de autocuidado e interação social.

O Plano Educacional Individualizado (PEI) é uma ferramenta essencial para garantir que cada aluno tenha um percurso de aprendizagem único, atendendo às suas necessidades específicas, e promovendo a inclusão e o desenvolvimento completo de suas habilidades no ambiente escolar. Esses exemplos ilustram como o PEI pode ser aplicado em diferentes situações, assegurando que todos os alunos, independentemente das suas dificuldades, tenham acesso ao conhecimento.

## 4.ENSINO COLABORATIVO

O Ensino Colaborativo (EC) e a Educação Inclusiva estão intrinsecamente conectados, pois ambos partem do princípio de que a aprendizagem é um processo social e que a diversidade é um aspecto enriquecedor do ambiente escolar. O Ensino Colaborativo favorece a inclusão ao promover práticas pedagógicas que atendam às necessidades de todos os estudantes, garantindo que aqueles com deficiência ou necessidades educacionais específicas tenham acesso ao currículo comum de forma significativa.

A colaboração entre os professores possibilita a construção de um ensino mais acessível, com adaptações e estratégias diversificadas que respeitam os diferentes ritmos e modos de aprender. Dessa forma, o Ensino Colaborativo fortalece a Educação Inclusiva ao criar uma rede de apoio dentro da própria escola, transformando a sala de aula em um espaço de aprendizado compartilhado e equitativo.

O Ensino Colaborativo (EC) é uma prática pedagógica fundamental para a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade na classe comum. Trata-se de uma abordagem em que dois ou mais professores – geralmente um educador da sala comum e um do Atendimento Educacional Especializado (AEE) – atuam de forma conjunta e integrada, compartilhando responsabilidades no planejamento, na instrução e na avaliação de um grupo heterogêneo de estudantes.

O ensino colaborativo é uma estratégia de trabalho que permite o trabalho pedagógico no contexto da diversidade e propõe a criação de práticas que favoreçam a aprendizagem de todos os alunos, com ênfase nos estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas. Para isso, pressupõe a reformulação de currículos, a flexibilidade das estratégias de ensino e a busca de soluções conjuntas para atender às diferentes demandas da sala de aula inclusiva.

A implementação do Ensino Colaborativo demanda compromisso, comunicação efetiva, planejamento conjunto e partilha de saberes entre os profissionais. A atuação colaborativa rompe com a lógica hierárquica entre professores, fundamentando-se em princípios como:

Paridade	Respeito Mútuo
Objetivos Comuns	Voluntarismo

Nesse modelo, ambos os docentes compartilham não apenas o espaço e o tempo da sala de aula, mas também a corresponsabilidade pelo sucesso educacional de todos os alunos. Além disso, o Ensino Colaborativo valoriza a interação e a participação ativa dos estudantes, estimulando o desenvolvimento de competências sociais como empatia, cooperação e respeito à diversidade. A construção de uma cultura colaborativa nas escolas exige também o envolvimento das equipes gestoras, a articulação com as famílias e a participação de toda a comunidade escolar.

O Ensino Colaborativo, portanto, vai além de uma estratégia pedagógica: é uma filosofia de trabalho que transforma as relações no ambiente educacional, promovendo inclusão, equidade e o pleno desenvolvimento dos estudantes para a vida em sociedade.

Para que o Ensino Colaborativo se concretize no cotidiano escolar, é fundamental adotar estratégias práticas que facilitem a ação conjunta entre os professores. Um exemplo é o planejamento colaborativo semanal, no qual o professor da sala comum e o do AEE analisam juntos as necessidades dos estudantes, adaptam materiais e elaboram atividades diversificadas.

Durante as aulas, ambos podem utilizar estratégias do Ensino Colaborativo, em que dividem a condução das atividades. Além disso, a implementação de recursos de tecnologia assistiva e materiais pedagógicos acessíveis, como pranchas de comunicação ou jogos adaptados, amplia as possibilidades de participação dos alunos com deficiência.

Outro caminho eficaz é promover momentos de formação continuada para os docentes e demais profissionais da escola, fortalecendo o conhecimento sobre práticas inclusivas e a importância da corresponsabilidade no ensino colaborativo. A realização de rodas de conversa com as famílias e a criação de espaços de escuta para os estudantes também contribuem para uma gestão participativa. Ademais, o uso de plataformas digitais pode potencializar o Ensino Colaborativo ao permitir a troca de informações entre os professores, a organização de materiais compartilhados e a criação de canais para o compartilhamento de experiências e boas práticas. Essas ferramentas tecnológicas podem fortalecer a articulação entre os docentes.

Assim, o Ensino Colaborativo se consolida como uma prática que não apenas garante o acesso, mas efetiva a permanência e o sucesso dos estudantes na escola comum, reafirmando o compromisso com uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerramos este e-book com um convite à reflexão e à ação: construir uma escola verdadeiramente inclusiva é um compromisso que começa nas escolhas e práticas do dia a dia. Ao longo deste material, destacamos o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), o Plano Educacional Individualizado (PEI) e o Ensino Colaborativo (EC) como pilares que fortalecem a inclusão e garantem uma educação acessível, equitativa e de qualidade para todos os estudantes.

O DUA propõe a diversificação das formas de ensinar e aprender, assegurando que todos possam acessar o conhecimento de maneira significativa. Ao oferecer múltiplas formas de apresentação dos conteúdos, de participação nas atividades e de expressão do aprendizado, o DUA elimina barreiras e amplia as possibilidades de engajamento de todos os estudantes.

Já o PEI é um instrumento essencial para personalizar o ensino, estabelecendo metas claras e estratégias acessíveis às necessidades específicas de cada aluno. Ele orienta o planejamento pedagógico e assegura o acompanhamento sistemático do desenvolvimento dos estudantes que demandam um olhar mais individualizado, promovendo seu avanço acadêmico e social.

Mais do que métodos ou recursos, essas práticas representam uma nova forma de pensar e organizar a escola: um espaço onde cada estudante é reconhecido em suas potencialidades e diferenças, e onde todos são protagonistas do processo educativo.

Que este material possa inspirar ações concretas no dia a dia escolar! Planeje de forma colaborativa, promova atividades diversificadas que respeitem diferentes formas de aprender, utilize recursos acessíveis e valorize a participação ativa de cada estudante. Lembre-se: a inclusão se fortalece nas práticas simples e intencionais, que asseguram acesso, permanência e sucesso para todos.

A escola inclusiva não é um ideal distante, mas um projeto possível, construído no cotidiano de cada sala de aula. E você faz parte dessa transformação! Que este ebook seja uma inspiração para a sua prática! Planeje em parceria com outros profissionais, busque conhecer e valorizar as singularidades dos seus estudantes e adote estratégias que tornem suas aulas mais acessíveis e significativas. A escola inclusiva é construída por muitos, mas depende de cada um de nós.

Que possamos seguir juntos nessa caminhada, fazendo da diversidade uma riqueza e da inclusão uma realidade. E que este material também incentive novas pesquisas e reflexões sobre a temática, contribuindo para o fortalecimento de uma educação verdadeiramente inclusiva!

# CONTINUE SUA JORNADA DO CONHECIMENTO:

- CAST. Universal design for learning. Disponível em: <https://www.cast.org/what-we-do/universal-design-for-learning/>. Acesso em: 26 mar. 2025.
- REDIG, Annie Gomes; MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. Documento norteador para implementação do Plano Educacional Individualizado - PEI para o alfabetramento: primeiros passos. Disponível em:  
<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/748388>. Acesso em: 26 mar. 2025.
- STOPA, P. C. et al. Ensino e consultoria colaborativa: da teoria à prática. Documento eletrônico. São Carlos: EDESP-UFSCar, 2022. .

# REFERÊNCIAS

BASSI, T. M. dos S.; BRITO, V. M. de; NERES, C. C. O plano educacional individualizado e a escolarização dos alunos com deficiência intelectual: políticas e práticas. Revista online de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 24, n. esp. 2, p. 1015–1034, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14329>. Acesso em: 19 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Inclusiva: o acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2004.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

CAPELLINI, V. L. M. F.; ZANATA, E. M.; PEREIRA, V. A. Práticas educativas: ensino colaborativo. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/41616/12/caderno%209.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2023.

CAST. Universal Design for Learning guidelines version 2.0. Wakefield, MA, [s.d.]. Disponível em:  
<https://udlguidelines.cast.org/more/downloads>. Acesso em: 10 jul. 2024.

DIAS, Ana Maria de Melo; SOUZA, Ana Cristina Gomes de. Inclusão escolar sob o viés do ensino colaborativo: uma estratégia nas unidades escolares e as ações dela decorrentes. e-Mosaicos, v. 10, n. 23, p. 159-172, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/e-mosaicos/article/view/17120/12589>. Acesso em: 28 ago. 2024.

FONSECA, Luciane Corrêa da; KASSAR, Mônica C. M. Ressonância colaborativa: Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) e Coensino, uma experiência de promoção de inclusão escolar. Academia.edu, 2023. Disponível em:

[https://www.academia.edu/119082634/Resson%C3%A2ncia\\_Colaborativa\\_Desenho\\_Universal\\_para\\_Aprendizagem\\_DUA\\_e\\_Coensino\\_uma\\_experi%C3%A3ncia\\_de\\_promo%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_inclus%C3%A3o\\_escolar](https://www.academia.edu/119082634/Resson%C3%A2ncia_Colaborativa_Desenho_Universal_para_Aprendizagem_DUA_e_Coensino_uma_experi%C3%A3ncia_de_promo%C3%A7%C3%A3o_de_inclus%C3%A3o_escolar). Acesso em: 29 ago. 2024.

GÓES, A. R. T.; COSTA, P. K. A. Desenho Universal e Desenho Universal para Aprendizagem: Fundamentos, práticas e propostas para educação inclusiva. Vol. 2. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

HEREDERO, Edson S. Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, v. 26, n. 4, p. 733-768, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/F5g6rWB3wTZwyBN4LpLgv5C/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2024.

LIMA, L. A. A. de; FERREIRA, A. E. G.; SILVA, M. V. G. da. O plano educacional individualizado: proposta de um método de pesquisa na formação docente. *Educação em Perspectiva*, Viçosa, MG, v. 9, n. 1, p. 127–141, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/7013>. Acesso em: 19 fev. 2025.

MACIEL, Adriana Leal; MORAES, Carmen Silvia de. O planejamento educacional individualizado: aspectos conceituais, legais e pedagógicos. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 22, n. 2, p. 158-167, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.222.04>. Acesso em: 29 ago. 2024.

MASCARO, Cristina Angélica. Formação docente sob o viés do plano educacional individualizado. *Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 25, n. 3, p. 6-28, set./dez. 2020.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho; REDIG, Annie Gomes. Documento norteador para implementação do Plano Educacional Individualizado - PEI para o alfabetramento: primeiros passos. Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.

MENDES, E. G. Práticas Inclusivas inovadoras no contexto da classe comum: dos especialismos às abordagens universalistas. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Encontrografia, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes. Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 13 de dezembro de 2006.

# AGRADECIMENTOS

Expresso minha gratidão a todas as pessoas que contribuíram para a minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional. Em especial, agradeço:

A **Deus**, por guiar e abençoar minha jornada nos estudos e na vida cotidiana.

À minha **mãe**, Rita, por seu constante incentivo à minha educação.

À **Universidade Estadual de Maringá (UEM)**, pela oportunidade de acesso a um ensino público, gratuito e de qualidade. Ao **Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI)**, por proporcionar a possibilidade de conciliar minha formação acadêmica com minha atuação profissional.

À minha orientadora, **Profª Drª Cristina Angélica Aquino de Carvalho Mascaro**, por toda a dedicação, atenção, escuta e pelas reflexões que enriqueceram o desenvolvimento deste trabalho.